



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6750 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

**PROJETO E-NOVA EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DA BAHIA: O QUE TEMOS DE NOVO?**

Líbia de Araújo Pereira - UESC - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Livia Andrade Coelho - UESC

**PROJETO E-NOVA EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DA BAHIA: O QUE TEMOS DE NOVO?**

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas diversos tem sido os estudos e discussões acerca do papel que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tem assumido nas relações estabelecidas na sociedade contemporânea, em seus mais variados contextos: educação, comércio, política, cultura, entretenimento, entre outros. Além disso, a expansão do acesso à internet e as informações disseminadas por meio dessa rede, tem impulsionado os debates sobre a necessidade da apropriação e utilização crítica dessas tecnologias pelos cidadãos e o papel da educação escolar nesse processo.

É fato que cada vez mais as pessoas têm acessado a essas tecnologias na sociedade contemporânea, nos mais diversos contextos e espaços geográficos. No Brasil, essa realidade pode ser verificada através dos dados apresentados pela pesquisa TIC Domicílios do ano de 2019, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação/CETIC.BR, que apontam que 134 milhões de brasileiros utilizam a internet, o que representa 79% da população do país, um aumento de mais de 9%, quando comparado aos dados do ano de 2018[1].

Esse crescimento no acesso à rede, com os mais variados objetivos: trabalho, relacionamentos, acesso ao conhecimento, compartilhamento de informações, discussões políticas, dentre outros, tem se dado, segundo o Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI.br), de forma mais intensa através dos smartphones, aparelhos que no século XXI já são o principal meio de acesso utilizado pelos brasileiros. Dados do CGI.br apontam que no ano de 2019, 99% dos acessos à internet realizados no país foram feitos através deles, sendo que 58% acessam apenas por estes aparelhos.

Para o CGI.br, as pesquisas apontam que esse crescimento não garante necessariamente um “pleno aproveitamento das oportunidades *on-line*, uma vez que persistem

limitações importantes para a realização de atividades que demandam maior capacidade de conexão e tráfego de dados”. (CETIC.BR, 2019, p. 101). Nessa perspectiva, não se pode criar a expectativa que as pessoas aproveitem plenamente todas as potencialidades que as TIC e a conexão à rede de internet possibilitam, quando o seu acesso é restrito a smartphones, que tem capacidade de navegação e ferramentas de uso limitadas. Segundo o CETIC.br, é justamente nas camadas mais vulneráveis que esse acesso limitado se dá, o que, associado a outros aspectos sociais, tais como, baixo nível de escolarização, subempregos, desemprego, pode acentuar ainda mais os processos de exclusão e marginalização dessas pessoas.

Esse aumento no acesso passa a demandar novos conhecimentos e habilidades que são exigidos para a utilização das TIC e isso tem se refletido no ambiente educacional, exigindo um aprofundamento nas discussões sobre como integrar o uso desses recursos ao processo de ensino-aprendizagem, o que tem demandado transformações e interferido de forma direta nos espaços de formação, especialmente nas escolas da Educação Básica, para além de ações concretas para equipar essas instituições com tecnologias - computadores e infraestrutura para acesso a uma banda larga de qualidade e manutenção desses aparatos.

Essas transformações e adequações tem acontecido de forma mais intensa em algumas instituições em detrimento de outras: de forma mais efetiva na rede privada de ensino, que em tese tem uma melhor condição financeira para investir na aquisição de equipamentos e disponibilizar aos alunos e professores; e de forma mais lenta às escolas públicas, devido a diversos fatores, tais como políticas públicas ineficientes e insuficientes, ausência de articulação entre as secretarias de governo para implementação articulada de ações, limitações orçamentárias, dentre outros.

Nesse trabalho, que é fruto de uma pesquisa de pós-graduação em andamento, em nível de mestrado, apresentamos resultados parciais, de uma das ações implementadas pelo Governo do Estado da Bahia, nas escolas da sua rede de ensino, com o intuito de inserir e estimular o uso das TIC na sala de aula, o Projeto e-Nova Educação. Nesta pesquisa está sendo verificado como está se dando a implementação e os seus desdobramentos infraestruturais e pedagógicos em 02 (duas) escolas localizadas em um município no interior do Estado da Bahia.

## **2 O E-NOVA EDUCAÇÃO É DE FATO UMA INOVAÇÃO?**

Vivenciamos a segunda década do século XXI, e nesse momento é fato que as TIC provocaram e tem provocado cotidianamente transformações significativas em todos os aspectos da vida social. Santaella, no ano de 2003 já afirmava que essas tecnologias estavam “mudando não apenas as formas de entretenimento e do lazer, mas potencialmente todas as esferas da sociedade” (2003, p. 23). Essa revolução tecnológica e digital tem norteado os caminhos da sociedade contemporânea, modificando os padrões das diversas relações que se estabelecem no seu contexto: economia, relacionamentos, cultura, política, comunicação; tais transformações proporcionam uma expansão nas possibilidades de conhecer, aprender, consumir, se expressar e de intervir na realidade social, que provocou no Estado brasileiro a necessidade de investir em políticas públicas voltadas para a inserção e ampliação do acesso às TIC e à internet nos mais diversos setores.

Para embasar as análises realizadas nesse texto utilizamos o conceito de políticas públicas definido por Hofling (2001, p. 31) que aponta essas políticas como “o Estado implantando um projeto de Governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. Trataremos aqui especificamente das políticas públicas e ações implementadas no setor educacional, com vistas a equipar as escolas, enquanto *locus* institucional de formação do cidadão.

Isso posto, ao longo do século passado tivemos alguns projetos e programas implementados pelo governo federal, que visavam inserir tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras, tais como, o Projeto Brasileiro de Informática em Educação (EDUCOM) em 1983; o Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE) 1989; o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) 1997; o Projeto Um Computador por Aluno (UCA) 2007 e o Programa de Inovação Educação Conectada (2017). Esses projetos foram implementados em regime de parceria com os municípios e estados: o governo federal comprava os equipamentos, encaminhava para as escolas públicas, promovia a formação dos docentes; em contrapartida, os municípios e estados eram responsabilizados pela guarda, manutenção dos equipamentos e infraestrutura física para uso.

No contexto específico do Estado Bahia, foco desse estudo, também foram criados programas e projetos visando a inserção e uso das tecnologias nas escolas da rede estadual. Essas ações vieram acompanhadas pelo discurso da necessidade de “modernização” dos processos educacionais, e em sua maioria, foram pontuais e não atingiram satisfatoriamente os objetivos que foram definidos pelo Governo. Entre esses citamos aqui, o projeto que utilizava um monitor de TV, mais conhecido como TV Pen drive, implementado no ano de 2009, como um instrumento para “dinamizar” o processo de ensino aprendizagem.

Outra ação entre os anos de 2014 e 2015 também de iniciativa do Governo do Estado em parceria com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), foi uma formação ofertada para os docentes da rede, o CATE – Curso de Aperfeiçoamento em Tecnologias Educacionais, no formato à distância, com carga horária de 180 horas, realizada em um Ambiente Virtual de Aprendizagem, com a participação de aproximadamente 22.800 mil docentes.

No ano de 2017, o Governo do Estado através da Secretaria Estadual da Educação, apresenta mais um projeto propagado como “inovador e com potencial de estimular os professores a criar novas práticas de ensino” (BAHIA, 2018), o e-Nova Educação. Alinhado ao programa ‘Educar para transformar – Um pacto pela Educação’, lançado pelo Governador do Estado em março de 2015, o Projeto e-Nova é mais uma das ações do pacto proposto pelo Governo, visando a melhoria nos índices da educação na rede estadual de ensino através de cinco eixos norteadores:

1. A colaboração entre estado e municípios;
2. O fortalecimento da educação básica;
3. O fortalecimento da educação profissional;
4. Parcerias escola- ONGs;
5. Integração entre famílias e escolas[2].

No leque de ações propostas pelo pacto, o e-Nova integra o Eixo de parcerias, já que tem suas atividades desenvolvidas em “parceria” entre a SEC/BA, a Empresa Google, a UFBA e a ONG Paramitas. Lançado a princípio como projeto piloto, o e-Nova Educação teve início com a assinatura em fevereiro de 2017, de um Convênio celebrado entre o Governo do Estado da Bahia e com o Google Inc. dos Estados Unidos. Em agosto do mesmo ano, foi implementado em 20 escolas da Rede Estadual, das mais diversas modalidades de ensino, desde Centros Noturnos de Educação até Centros de Educação Profissional, localizadas em 11 municípios em várias regiões do Estado.

Segundo dados da SEC/BA, em parceria com a Organização não Governamental Instituto Paramitas, nessa primeira fase, foram formados cerca de 800 docentes, visando atender a aproximadamente 16 mil estudantes no segundo semestre de 2017. Essa formação aconteceu através de encontros presenciais e também através de mediação tecnológica. A equipe do Instituto Paramitas, que utilizou o ambiente virtual de aprendizagem da UFBA,

disponibilizou conteúdos e atividades on-line para os docentes.

Nessa etapa do projeto foram adquiridos 300 Chromebooks, tipo de notebook concebidos pela Google e produzido por empresas parceiras. Os Chromebooks possuem programas e softwares específicos para utilização em sala de aula e, segundo informações disponíveis no site do e-Nova Educação, possibilitam o uso da **G suíte**[3], um conjunto de aplicativos e softwares, com instrumentos de educação presencial e à distância, com interfaces tecnológicas que segundo a SEC oportunizam a aproximação de estudantes e docentes no contexto tecnológico do século XXI.

No ano de 2018 a SEC/BA resolve expandir o e-Nova e implementar em mais 536 escolas da Rede Estadual. Nessa etapa foram adquiridos pelo Governo do Estado cerca de 14 mil aparelhos (Chromebooks), que foram distribuídos nas Unidades de ensino selecionadas para essa nova fase. Cada escola recebeu 25 Chromebooks, que deveriam ser utilizados no desenvolvimento de atividades em sala de aula, com a presença do professor.

No mês de fevereiro de 2018, como continuação da implementação da segunda fase do e-Nova, a Secretaria da Educação iniciou a formação de 24.033 mil docentes, com o curso intitulado "Uso Pedagógico das Tecnologias Educacionais". ofertado na modalidade à distância, também em parceria com a Paramitas e a UFBA, "buscando dinamizar os processos de ensino e aprendizagem e configurar uma rede social de conhecimentos que integra estudantes e docentes, nesse ambiente que potencializa o uso pedagógico"[4]. Foram disponibilizados materiais de estudos para os cursistas: vídeo aulas, textos, fóruns de discussão, espaços para desenvolvimento das atividades propostas, divididos em dois módulos de formação, através do Moodle da UFBA.

Consideramos o e-Nova Educação uma proposição de fato inovadora, no sentido de que é um projeto pensado e implementado por um Estado; historicamente essas ações e políticas públicas têm sido de iniciativa do governo federal; segundo em função da proposição do projeto e as parcerias estabelecidas; daí a importância de se investigar o processo de implementação e verificar *in loco* os seus desdobramentos.

No entanto, a partir dos dados iniciais da nossa pesquisa, que partem dos estudos sobre os projetos implementados na Rede Estadual da Bahia, visando a inserção das tecnologias no contexto educacional, é possível sinalizar que o e-Nova é mais uma ação pontual, que surge de forma descontextualizada, se sobrepondo a outras ações que já haviam sido realizadas, sem conexão com ações existentes. Isso vem sendo uma prática recorrente no processo de formulação de políticas públicas, programas e projetos, especialmente no contexto educacional, que vão se sobrepondo umas às outras, que são pensadas como ações que poderão solucionar problemas comuns e que atingem a todas as redes na mesma proporção.

Defendemos em nossa vivência profissional que nenhuma política pensada para a educação está desvinculada do contexto mais amplo da sociedade, levando em consideração aspectos históricos, sociais, econômicos, que permeiam toda as relações estabelecidas em sociedade. No entanto, consideramos fundamental que essas políticas estejam também atreladas as especificidades que são definidas também por questões sociais, geográficas e culturais que delineiam cada um dos sistemas educacionais no Brasil e no mundo.

Políticas públicas educacionais tem sido pensadas por agentes que consideram que a inserção de aparelhos tecnológicos por si só poderá realizar uma transformação nas ações e práticas pedagógicas, discurso esse que fica evidente na apresentação do Projeto e-Nova pela Secretaria da Educação do Estado, quando aponta que a partir da sua implementação, proporcionaria o uso de um conjunto de softwares e aplicativos "gratuitos" que

“dinamizariam” o processo de ensino aprendizagem. Nessa perspectiva, percebe-se uma aproximação com os discursos neoliberais e mercadológicos, que impõem cobranças e interferem na elaboração das políticas educacionais em todo o mundo, através de organizações internacionais que colocam muitas vezes a presença das tecnologias digitais, dos aparelhos, como elementos que por si só darão conta de transformar a educação e impulsionar os professores a criar novas práticas.

Tais organizações internacionais incentivam a implantação de políticas públicas pautadas nos discursos de modernização dos processos formativos, aqui citamos especificamente a empresa Google, que se apresenta como parceira da SEC/BA no projeto e-Nova, e apresentam suas ideias “inovadoras”, onde parcerias empresas/escola devem ser privilegiadas e pacotes prontos são distribuídos às escolas num projeto de uniformização da educação e com significativo investimento financeiro por parte do Estado. Nessa perspectiva, Ball (2014) aponta que

muitas políticas educacionais têm sido objeto de disputa em redes políticas globais, que possuem uma gama diversificada de participantes e que envolvem não somente os governos e outros agentes nacionais, mas também organismos de atuação transnacionais (Banco Mundial, OCDE, etc.), ONGs, think tanks (pesquisadores-consultores individualmente e/ou associados a empresas de prestação de serviços educacionais), grupos de interesses oportunistas (entidades empresariais, associações religiosas, etc.), empresas internacionais de venda de “pacotes prontos” de educação, entre outros, cujos discursos ganham adesão por jogarem com a crença social de que o conhecimento é moeda de presente e de futuro de qualquer sociedade qualificada e competitiva. (BALL, 2014, p. 34 apud: Grimm et al, 2016, p. 853)

Tais políticas nem sempre serão efetivamente implementadas, e não irão proporcionar avanços significativos nas ações pedagógicas e nas estruturas físicas das escolas que, em grande parte, possuem inúmeras limitações, especialmente no acesso de qualidade às redes de internet, e na capacidade financeira de manutenção dos aparelhos que são distribuídos para uso. É o que estamos verificando nos dados iniciais da pesquisa sobre o e-Nova: uma “parceria” entre o SEC/BA e a empresa Google, que apresenta seu pacote de aplicativos pronto para uso, que não foi pensado a partir das realidades das escolas que os receberam. Distribuição de aparelhos de “última geração”, que estão ainda guardados sem uso até o momento, em algumas das escolas, devido à dificuldade de conectá-los a internet de baixa qualidade, especialmente nas escolas do campo.

### **3 RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA**

Após três anos de sua implementação, ainda não é possível vislumbrar mudanças estruturais significativas em função do e-Nova. Aconteceram alguns movimentos para adequação das escolas para receber e implementar o projeto, e de forma específica podemos citar a instalação de uma rede de internet em cada escola para uso exclusivo dos Chromebooks. Verificamos que na escola do centro urbano, já existiam duas outras redes de internet instaladas, que poderiam ser melhoradas com o aumento da velocidade e serem utilizadas no projeto, no entanto, foram adquiridos novos equipamentos, custos com aquisição de fiação e serviço de instalação, que poderiam ter sido investidos no aprimoramento do que já existia na escola. Já na escola localizada no campo, a internet do e-Nova é a única rede de acesso, e segundo dados coletados na pesquisa, funciona de forma precária, o que está impossibilitando o uso dos Chromebooks até o momento.

No campo pedagógico também não é possível identificar significativas alterações, o que nos instiga a dar continuidade a pesquisa. A exemplo da formação promovida dentro do projeto e-Nova, anteriormente também já haviam sido estruturadas outras ações voltadas a formação docente, que não estavam alinhadas aos contextos específicos das escolas e da prática pedagógica dos docentes, que em sua maioria não tem em suas escolas infraestrutura adequada para vivência dos conhecimentos disseminados nas formações, e que se esvaziam

por falta de possibilidade concreta de aplicação.

#### 4 CONCLUSÕES

Sendo assim, o que se pode constatar até então, é que se não houver avanços no processo de implementação do projeto, muito provavelmente o e-Nova Educação se transforme em mais uma das ações voltadas para a aquisição de equipamentos, a exemplo dos monitores educacionais (TV Pen drive) no ano de 2009, que foram propagadas como um ponto de partida para a implementação de aulas mais dinâmicas e “atrativas”, mas que ficaram apenas no espaço da materialidade (caracterizada pela aquisição e instalação dos aparelhos), e que não conseguiram dar conta de mudanças pedagógicas significativas, tendo o seu fim decretado, além de outros fatores, pela falta de manutenção dos aparelhos que se tornaram sucatas na maioria das escolas da rede.

Esses e tantos outros desafios que têm sido enfrentados na Rede Estadual de Ensino da Bahia apontam que ainda se está longe de concretizar uma inserção das TIC nas escolas de forma a contemplar uma utilização crítica e uma real incorporação das vivências digitais, tão presentes na sociedade contemporânea. Apesar de todo o investimento financeiro que tem sido feito em políticas públicas embasadas no discurso da modernização e inovação das práticas pedagógicas, há ainda grandes desafios a serem superados para que essas políticas realmente efetivem os direitos ao acesso, ao uso e a apropriação crítica das tecnologias digitais na sociedade contemporânea.

**PALAVRAS-CHAVE: Projeto e-Nova Educação; Tecnologias digitais; Sociedade contemporânea.**

#### REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Educação Global S. A.: **novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

CETIC.BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias e da comunicação no Brasil**. Disponível em : <[https://www.cetic.br/media/analises/tic\\_educacao\\_2018\\_coletiva\\_de\\_imprensa.pdf](https://www.cetic.br/media/analises/tic_educacao_2018_coletiva_de_imprensa.pdf)> Acesso em 05 abr. 2019

HOFLING, E. de M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: Acesso em: 18 Jun. 2019.

SANTAELLA, Lúcia; Da Cultura das mídias à cibercultura: **o advento do pós-humano**. Revista FAMECOS. Porto Alegre; nº 22. Dez/2003.

[1] TIC domicílios 2019. Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/individuos/C2A/>. Acesso em: 29 Maio de 2020.

[2] Disponível em: <http://educarparatransformar.atarde.com.br>. Acesso em Jul. 2020

[3] Pacote de aplicativos e serviços do Google que visam facilitar o trabalho realizado no dia a dia das instituições.

[4] Disponível em: <https://www.enova.educacao.ba.gov.br/entenda-o-projeto>